



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 60

Sessão Extraordinária Julho

Reunião em 11/07/2017

Aos onze do mês de Janeiro do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pela Vogal Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, na qualidade de Primeiro Secretário e a Vogal Mónica Filipa Cristovão Gomes, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Silvestre Paiva da Silva, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Paulo Alexandre Florentino Marques, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Miguel António Costa da Silva, Maria Margarida Tavares Bilelo Valério, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Fernando Santos Silva, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Rui Lima Baptista, Aida Isabel Pereira Tavares, Nuno Frederico Miranda Leite, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa, declarou aberta a Sessão Extraordinária.

Nesta sessão faltaram os Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Victor Manuel da Silva Martins e António Ildebrando Nunes Costeira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, João Francisco Carvalho de Sousa, Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Manuel Oliveira de Sousa.

Faltou a Vereadora Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

De seguida, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão, da Primeira Secretária da Mesa, Maria José Teixeira de Morais Afonso França, do Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, e dos Vogais Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria da Luz Nolasco, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos, respetivamente, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Maria Margarida

Tavares Bilelo Valério, Fernando dos Santos Silva, Rui Lima Batista, e Rita Alexandra Monteiro Baptista.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, Antero Marques dos Santos, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta sessão por Silvestre Paiva da Silva, Miguel António Costa da Silva, e Nuno Frederico Miranda Leite, respectivamente.⁰⁰²

Os sucedâneos, na lista de candidatura, João Condinho Vargas e Paulo Jorge Coimbra Fontes, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia⁰⁰³ fez a apresentação e leitura de um Voto de Pesar, subscrito por todos os Grupos Municipais, pelo falecimento de Victor José Pedrosa da Silva, Ex-vereador da Câmara Municipal de Aveiro, entre 1983 e 1997, do seguinte teor:

«Enquanto Vereador da Câmara Municipal de Aveiro de 1983 a 1997, assumiu papel ativo e preponderante no exercício das suas funções políticas nos mandatos presididos por Girão Pereira e Celso Santos, ficando gravada, para sempre, a sua marca no crescimento e desenvolvimento do Concelho de Aveiro.

No âmbito social, ocupou vários cargos de Direcção, tendo-se destacado enquanto Presidente da Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Velhos, Presidente da secção Náutica do Clube dos Galitos de 1992 a 2000, dirigente da Santa Casa de Misericórdia de Aveiro, bem como enquanto dirigente da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Aveiro.

Permanecerá para sempre na memória dos Aveirenses como um homem bom. Incansável e lutador pela valorização social e o bem-estar dos cidadãos.

Homenageamos e perpetuamos, deste modo, a sua memória.»

O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Continuando o Presidente da Mesa leu a “*Ordem-do-Dia*” da Convocatória para esta Sessão Extraordinária.

Ponto 1 – Apreciação e votação dos encargos plurianuais quantificados nas Minutas dos Contratos – Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com a Associação Recreativa e Cultural da Barroca, o Futebol Clube do Bom Sucesso e o Clube Estrela Azul, relativos aos Apoios Financeiros no âmbito do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo;

Ponto 2 – Apreciação e votação da Revogação do Plano de Pormenor do Parque (Estádio Mário Duarte);

Ponto 3 – Apreciação e votação da Alteração do Regulamento das Habitações Sociais Propriedade do Município de Aveiro;

Ponto 4 – Apreciação e votação da Alteração do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação dos encargos plurianuais quantificados nas Minutas dos Contratos – Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com a Associação Recreativa e Cultural da Barroca, o Futebol Clube do Bom Sucesso e o Clube Estrela Azul, relativos aos Apoios Financeiros no âmbito do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 20/06/2017, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“De forma sumária. No quadro das decisões que tomámos de apoio às nossas associações, numa operação enquadrada no Regulamento Municipal de Apoio às Associações e no Programa de Apoio Municipal às Associações, que lançámos na ponta final do mês de novembro, no quadro da iminência do Visto do Tribunal de Contas ao nosso Programa de Ajustamento Municipal e que se veio a confirmar em janeiro, com o início das transferências financeiras em fevereiro, nos permitiu a dezanove de abril passar a cumprir a Lei dos Compromissos com a aprovação do Mapa dos Fundos Disponíveis. Por isso foi sendo desenvolvido todo o trabalho de análise das candidaturas, de recepção das candidaturas para podermos ter feito a aprovação em sede de Executivo Municipal, sendo que há três destes processos que pela sua natureza plurianual carecem, nos termos da lei, da decisão da Assembleia Municipal.

O que está em causa nestes três processos, em termos da natureza específica é a mesma questão: é sermos parceiros de três associações desportivas do nosso município em qualificação, em investimentos de qualificação das suas infraestruturas, sendo que cada uma delas tem enquadramentos diferentes. Em relação ao Bonsucesso foi uma decisão do clube que a executou numa operação de financiamento bancário que está em execução, cumprindo todas as suas obrigações nesse quadro, que permitiu a execução física desse investimento - a instalação de um relvado sintético no campo de futebol de onze do Bonsucesso. Na altura assumimos o compromisso de, logo que a Câmara tivesse essa capacidade, seria parceira do Clube assumindo essa dimensão financeira desse investimento no quadro daquilo que é, hoje, o nosso Programa Municipal de Apoio às Associações. Isto, este e os outros dois, conjuga-se com o enquadramento de termos no nosso PAM uma verba, digamos, reservada, referenciada, de cerca de um milhão de euros ano para a cooperação com as Associações. Precisávamos desse quadro e foi uma das opções políticas que tomámos na construção do nosso Programa de Ajustamento Municipal. Portanto, o alimento base e o enquadramento no Programa está garantido.

Com o Barroca executámos um compromisso velho com a nossa Câmara Municipal, assumido pelo anterior Executivo Municipal e que nós subscrevemos e decidimos honrar nos mesmos termos, logo que nos fosse legal e financeiramente possível. O Barroca já fez uma parte do investimento de infraestrutura de base para poder receber o relvado sintético. Relembro, sem contar pormenores, que o relvado sintético do Barroca estava integrado, estava misturado, na operação do complexo desportivo do Taboeira, obra que inaugurámos recentemente e que foi um grande investimento. Obviamente que não pudemos ser coniventes com essa operação por motivos particularmente óbvios de clareza política e de legalidade, mas aquilo que interessava que era ser parceiro de um clube que trabalha na área da formação era para nós ponto de honra. Portanto, cumprimos, por esta via, esse compromisso que a nossa Câmara, os nossos antecessores

tinham assumido e na nossa perspectiva bem; obviamente, por esse motivo, decidimos honrar.

Em terceiro lugar o Estrela Azul que é um outro clube do nosso Município, no caso de Cacia, que iguala os outros dois na tipologia de actividades, são clubes de formação de futebol, alguns deles têm ainda outras modalidades, mas no futebol eles têm apenas formação. Além da importância desportiva, da importância da formação desportiva que é multiplamente importante, têm uma importância social relevante. O Estrela Azul mereceu da nossa parte, no final de toda a análise que fizemos com o clube, esta assumpção de compromisso, um compromisso mais recente. Neste quadro de qualificação de infraestruturas desportivas para dar mais qualidade a quem usa, ser mais atractivo porque como sabemos, hoje, os pais para colocarem os filhos na formação do futebol procuram naturalmente infraestruturas com qualidade. Obviamente que a relva sintética é uma operação atrativa e alguns destes clubes vão tendo alguns problemas precisamente porque não têm esta oferta e vão tendo menor atratividade em relação a outros. Isto já não se aplica ao Bonsucesso porque, repito, o Bonsucesso já executou física e parcialmente financeiramente, no âmbito do tal empréstimo bancário, esse investimento.

Foi este o nosso quadro de operações. Não está tudo, temos mais objetivos a este nível, como a qualificação de infraestruturas, seja ao nível do futebol, seja ao nível de outras modalidades desportivas, nomeadamente o ARCO em Oliveirinha, o Pavilhão do CENAP, o próprio pavilhão do Bonsucesso, entre outros, mas é preciso escolher as prioridades para fazermos uma operação que seja sustentável e para a qual tenhamos capacidade de a executar. A opção de execução destes investimentos em três anos, em termos financeiros, está neste quadro de uma operação sustentável para que nós possamos ter capacidade de apoiar outras associações no quadro da capacidade de investimento que assumimos no âmbito do Programa de Ajustamento Municipal. Portanto, é com muita satisfação que trazemos à Assembleia Municipal estas três propostas, estes três contratos de desenvolvimento desportivo, sabendo que são instituições com credibilidade, com competência, com curriculum, dirigidas por gente que conhecemos e que nos merece crédito, que têm toda a sua componente organizativa devidamente em ordem e formalmente apresentada à nossa Câmara no quadro do tal registo municipal das Associações. Dar, por isso, este nota à Assembleia Municipal de que temos essa base de cumprimento para podermos fazer a aprovação destes contratos e proximamente assiná-los para que se inicie a sua execução, sabendo que a lógica, seja para os investimentos, seja para a actividade, é que este é um ponto de partida para a Câmara manter esta atitude e esta tipologia de relação com as nossas Instituições, com periodicidade regular, passámos a ser um parceiro regular, permanente também a este nível do apoio financeiro como já eramos ao nível da relação institucional e de alguns apoios, nomeadamente de logística.

Este é o quadro de apresentação destas três propostas.”

(Entretanto entrou na sala o vogal sucedâneo Ernesto Carlos Rodrigues Barros).

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [006](#)

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes. O PCP considera que é de elementar justiça defender e valorizar e apoiar naturalmente aquilo que é o movimento associativo aveirense, nas suas várias expressões, culturais,

desportivas ou outras. Nesse sentido valorizamos aquilo que é um programa de apoio a essas mesmas coletividades, clubes e outros.

No entanto convém frisar alguns aspetos e algumas questões. A primeira é que já existia um regulamento de apoio municipal às associações em vigor, no entanto é conhecido o facto dele não ter sido cumprido em vários aspetos com várias associações, da mesma forma que o documento que é hoje apresentado a votação, ao contrário do anterior e em vigor, não apresenta critérios claramente definidos. O anterior pelo menos tinha esse mérito. Tinha os critérios definidos.

Portanto, da duas uma, ou há uma complementaridade ou não se entende muito bem.

O outro não era cumprido, mas pelo menos tinha critérios, este aqui veremos.

Em relação ainda a estas questões há algumas perguntas que o PCP gostaria de colocar. A primeira. É anunciada uma intervenção no edifício Fernando Távora, já colocamos aqui a questão na última reunião da Assembleia Municipal, a questão de onde irão ser colocadas as Associações que lá se encontram?

Outra questão ainda é se nos valores que estão no documento que vamos votar, há três tipos de valores, e há um que é para a realização de ações pontuais. Perguntamos se existirá um fundo de maneiio ou uma verba a poder ser utilizada pelas instituições, para a realização de ações pontuais que não inscritas nas atividades regulares dessas coletividades, mas que em virtude do interesse municipal, ações que mesmo que não estando inscritas são imprevistas, se existe fundo de maneiio para isso?

Ultima questão e simples, porque não está claro, se estes valores se aplicam à época 16/17 ou só 17/8? Tenho dito.”

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

“Senhor Presidente, o apoio às Associações é importante, peca por tardio. E é importante porque no município haver um movimento associativo é da maior relevância a nível da comunidade. E obviamente um executivo que não esteja ao seu movimento associativo não está a cumprir com as suas funções.

Falaram aqui das associações envolvendo desporto, cultura, obviamente que tem mais relevância para crianças e adolescentes e o papel que tem na sua formação, faltou na sua intervenção o facto de apesar de haver este apoio, o apoio está a ser reduzido por força do PAM que o Senhor Presidente escolheu de governação para Aveiro. E na verdade a dívida para com as associações do concelho é grande, é velha, e no final são as associações terem de pagar pela dívida que deviam ver saldada ao verem os seus apoios reduzidos. E nesta situação o único responsável e defensor desta política é o Senhor Presidente e ninguém mais. Para já é só.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)[008](#)

Vogal Jorge Greno (CDS) [009](#)

Vogal Miguel Silva (CDS)[010](#)

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Boa noite a todos. Já aqui foi dito que este apoio é reduzido por força do PAM. Eu recorde que se não fosse o PAM e o dinheiro que entrou nesta Câmara do fundo, não havia apoio nenhum porque não havia condição legal para apoiar estas associações.

E por isso este apoio é condição para que as associações sintam que daqui para a frente têm um parceiro cumpridor, com capacidade para honrar os seus compromissos, e isso quer dizer que a Câmara Municipal estando ao lado do associativismo, quer na área cultural quer na desportiva, estas forças vivas existentes no concelho, se sentem com

toda a certeza mais próximas do executivo, mais próximas da autarquia, e portanto podem com outra garantia, com outra perspectiva de futuro assumirem os seus projetos, porque sabem que podem contar com a Câmara Municipal.

Quem teve oportunidade de há dias assistir no CMIA à contratualização na área social e educativa, e quem esteve hoje no Museu da Cidade, na contratualização na área cultural e quem estiver no Estádio Municipal, que esteve apercebeu-se de um ar de satisfação das pessoas que dirigem estas associações porque finalmente, ao fim de muito tempo, a porta abriu-se e o caminho e a perspectiva é outra. Os dinheiros prometidos vieram e não vieram por acaso. Vieram quando houve capacidade financeira para o fazer de forma legal. Algo que até aqui não havia sido possível.

Recordo, porque há quem já tenha esquecido, que esta Câmara havia pago dívidas antigas inferiores a 50 mil euros. É bom que mesmo sem PAM visado na altura a Câmara dentro das suas possibilidades e da sua conjetura económica, criou condição para que por si só honrasse um conjunto de dívidas antigas.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP honra assim com toda a satisfação este tipo de postura e esta capacidade de honrar promessas e dizer que estamos presentes com as nossas associações e com a comunidade em geral. Porque quer com PAM quer sem PAM, o que é certo, é que a Câmara tem gerido bem este município e temos a certeza que assim continuará. Gerir bem, com critério, com rigor, a assumir com as associações e demais entidades.”

Vogal Rita Batista (BE)⁰¹²

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹³

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹⁴

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁵

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰¹⁶

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal Silvestre Paiva Silva (PPD/PSD)⁰¹⁸

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁹

“Boa noite a todos. Neste ponto integrado no âmbito de apoios financeiros da Câmara Municipal ao associativismo, apraz-nos dizer que o executivo trilhou o caminho certo. Mais que o caminho certo trilhou o caminho possível. Caminho que inclui a verdade para todos e igualdade no tratamento. A participação de todos e o diálogo com todos.

Mas este caminho de apoio às associações só foi possível após o restabelecimento da formalidade da Câmara perante a lei. Assim e neste caminho o executivo antecipadamente, e prevendo bons tempos, aprovou o REMA. Depois e após caminhada difícil, onde os seus funcionários e colaboradores verberaram muitas dificuldades, conseguiram a aprovação e validação do plano – o Plano de Apoio Municipal.

Com a subsequente aprovação do mapa de fundos disponíveis e o cumprimento da lei dos compromissos, permitiu assim restabelecer o apoio da Câmara às nobres associações do concelho.

Mas fez mais. Fez bem este executivo, seguindo tal caminho de verdade, em diálogo com a sociedade civil, a inscrição e registo de todas as associações. E promoveu de uma forma aberta e salutar a apresentação de candidaturas por parte destas para apoios municipais em três áreas. Atividades regulares, atividades pontuais e investimentos.

Conforme o documento, este caminho partilhado com a sociedade civil, registaram-se 144 associações, que apresentaram aos respectivos apoios nas três áreas. Às 144 associações dotadas de personalidade jurídica e legalmente constituídas, sediadas ou

representadas com representatividade no concelho, foi aplicado o REMA e após a sua validação aparece esta lista com apoios de perto de 800 mil euros.

Deste apoio apraz-nos realçar o excelente e relevante trabalho realizado por estas associações que desempenham uma atividade e um papel muito importante no município. E queremos também realçar o trabalho realizado em parceria e em diálogo com a sociedade civil e o movimento associativo. Não esquecendo nunca que este apoio só é possível depois do executivo estar em plena execução do PAM e apresentando o mapa de fundos positivos e cumprindo a lei dos compromissos. Sem a aprovação do PAM e da sua entrada em vigor este apoio tão importante para o movimento associativo não é possível nem legalmente exequível.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [020](#)

“Eu pego nas palavras do Manuel Prior, agradeço-lhe a intervenção, para dizer que este é o quadro base fundamental. Custou-nos muito só chegarmos agora, tomáramos nós estar a fazer isto pelo segundo ano consecutivo ou pelo terceiro ano consecutivo. Tomáramos nós. Os ganhos, a todo o nível, sociais, de desenvolvimento, políticos, eram muito maiores, mas não foi possível. Mas chegámos agora. A construção que o Manuel Prior agora sumariou é a construção que nos permite dar este passo.

Por isso, Rita Batista, não percebi o que quis dizer. Fez uma referência por causa do PAM o apoio às Associações é reduzido. Nós estávamos em zero. Por causa da boa gestão da Câmara, como disse o Paulo Marques, conseguimos pagar uma parte da dívida; o célebre despacho meu de vinte de março de dois mil e dezasseis dando destino ao saldo de gerência do ano de dois mil e quinze. Pagámos uma parte, todas as pequenas dívidas foram pagas a todas as Associações. Toda a gente que tinha dívidas inferiores a cinquenta mil euros receberam nesse processo. E com a primeira tranche do PAM pagámos a todas as outras, eram cerca de seis milhões de euros de dívidas. Esta operação de boa gestão e do PAM permitiu que pagássemos as dívidas. Dívidas inacreditáveis, dívidas de muitas centenas de milhares de euros, algumas superiores a um milhão, a IPSSs. Isto não lembra a ninguém mas lembrou à nossa Câmara. E isto está tudo resolvido, está tudo pago. Alguns de vocês, o Marques Pereira e outros, usaram a expressão de “já está a caminho o pagamento”. Não está nada a caminho, está tudo tratado, tudo pago. A nossa Câmara não deve um tostão a nenhuma Associação do nosso Município, ponto final parágrafo. Mas... não deve e não deverá.

A Câmara que prometia e não cumpria. A história que o Casimiro Calafate contou sobre Cacia, eu posso replicá-la e lembrar histórias iguais de há quinze anos e algumas com um bocadinho mais de idade, noutras povoações do nosso município, porque houve uma fase em que se prometia tudo e mais alguma coisa.

Aliás houve uma fase em que se atribuíam subsídios e depois se anulavam subsídios! Temos um recorde mundial de semelhante coisa — uma Câmara que anula deliberações de atribuição de apoios! É única no país no mundo conhecido.

Estes três protocolos que aqui temos, estes três contratos de desenvolvimento desportivo e todos os outros que já assinámos e os que vamos ainda assinar, no dia a seguir à assinatura, já não usamos aquela coisa do cheque que é um bocado démodé e os cheques são caros, o dinheiro está na conta bancária de todas as Associações. Acabou aquilo do promete e do diz que não sei quê... isso acabou mesmo. Portanto, essas vossas pressões de que vamos pagar as dívidas; não vamos coisa nenhuma. Assunto tratado, assunto arrumado. Mas há mais do que isto. Há um passivo monumental da Câmara com as nossas associações. E não vale a pena fazer diferenciação dos últimos oito anos porque eles, a este nível, foram bem menos gravosos do que os oito anteriores. É que não vale

mesmo a pena. No seu somatório dos dezasseis foram mesmo muito mauzinhos. Lembram-se em que estado estava o Beira Mar? Lembram-se das decisões que aqui tomámos todos para resolver o problema do Beira Mar? Lembram-se do estado em que estava o S. Bernardo? De quem era o pavilhão do S. Bernardo e, hoje, de quem é o pavilhão do S. Bernardo? Lembram-se? É que este momento, como dizia o Presidente Calafate, é histórico mas soma-se a três anos e meio de trabalho para tratar de tudo isto. As nossas Associações tiveram Câmara Municipal durante todo este tempo. O Beira Mar está como está, assinámos, aprovámos e conseguimos salvar o Beira Mar que hoje está num processo claro de objetivo renascimento. O S. Bernardo, conhecido de toda a gente, o que é que aconteceu para termos posto uma mão fundamental para que pudesse praticar desporto no seu pavilhão que não é seu, como toda a gente sabe. O apoio em transportes, o apoio em logística, o apoio em isenção de taxas, o apoio em obras. O Miguel Silva falou há bocado de Nariz como uma das ideias do futuro, que registamos, mas sabem qual foi a instalação desportiva onde a nossa Câmara Municipal mais dinheiro gastou para ajudar a qualificar? Foi o campo de Porto de Ílhavo da Associação Desportiva de Nariz, ao longo destes três anos e meio, porque foi, inacreditavelmente, vítima de um conjunto de assaltos que estoíram a capacidade básica de funcionamento daquele campo no que respeita às condições sanitárias dos balneários e à rede de iluminação pública. Foi a Associação Desportiva de Nariz. Isto porquê? Porque houve Câmara nestes três anos e meio. Nós estamos a trabalhar com o CENAP, nós queremos apoiar o CENAP para qualificar aquele seu pavilhão que é um pavilhão bom, dentro do que temos, mas que precisa de uma obra urgente. Mas sabem uma coisa? O Pavilhão do CENAP é ilegal, ninguém sabe quem são os donos dos terrenos porque está construído em Reserva Agrícola Nacional. Antes de o apoiarmos temos que pôr isto na ordem. Sabem que temos vinte equipamentos sociais ilegais? Alguns que falam aqui no passado tiveram responsabilidades pesadas de os deixar ilegais. Hoje, legalizar é uma trabalhadeira bem mais complexa porque a lei é bem mais exigente do que era há quinze anos. Muito mais exigente. Nas associações sociais temos seis que vão receber uma parte do apoio ao investimento que é para pagarem os projectos que estão a fazer para propiciar o licenciamento. Quando chegar a vez de apoiarmos obra tem que haver as licenças primeiro. A clandestinidade acabou, por nossa opção política e pelo quadro legal que não nos permite andar a fazer coisas destas. Algumas destas instalações que estamos hoje a apoiar estão também a ultimar processos de licenciamento. Instalações desportivas licenciadas no nosso Município sobram os dedos de uma só mão. Todo este trabalho, todo este imenso trabalho, foi trabalho destes três anos e meio, vai continuar a ser até ao fim do mandato e vai continuar a ser no próximo porque ainda há muita coisa para fazer e para pôr na devida ordem. E não é preciso sair do Bonsucesso, nem do Estrela Azul, nem do Barroca. Não é preciso sair de nenhum dos três. Dr. Jorge Nascimento, estamos a trabalhar com as instituições e com as Juntas de Freguesia. Esta coisa do parecer da Junta não existe para nós. Eu não quero saber de parecer de Junta nenhum. No nosso dia-a-dia nós trabalhamos em equipa com estas três Juntas e com todas as outras. Nem sei quem é que falou primeiro nestas três requalificações, se fui eu ou se foi algum dos Presidentes das Juntas; não sei mesmo. Nem sei nem interessa. No nosso trabalho de equipa este objetivo foi fixado por nós, no mínimo desde o início do mandato, mas julgo até que falámos sobre isto e assumimos até objetivos políticos mesmo antes de ter começado o mandato. Porque somos mesmo equipa, mas não é só aqui. Nós estamos a tentar resolver um problema que é um calvário do Complexo Desportivo de S. Jacinto por causa daquela desgraça do país que é o património do Estado e que ninguém consegue resolver. Não há Governo nenhum que resolva o problema complexo do património do Estado. Aquela estrutura está assente

num terreno que é do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e por aqui me fico. Isto para vos ar conta que, de facto, houve aqui um imenso trabalho. Mas mais... nós tivemos que ajudar várias Associações a fazerem a candidatura Porque há várias das nossas associações que não têm capacidade organizacional para isso e ainda não estão todas. Ainda há algumas que se desorganizaram, que não conseguiram cumprir porque a pessoa que ficou com a responsabilidade de fazer não conseguiu, depois não pediu ajuda, mas estamos a ajudar todas porque queremos que todas tenham este apoio. Por isso é que nem sequer fomos rigorosos nos prazos do regulamento; não podíamos ser, não podemos ser, porque é uma operação nova. Está toda a gente a aprender para que nós façamos isto em conjunto, num processo objetivo, importante, de qualificação desta grande equipa. Nós não chegámos agora com estas decisões. Nós já cá estamos desde o início do mandato a trabalhar com toda a gente, a honrá-los com a nossa presença nas suas organizações; não é como alguns que aparecem agora. Nós aparecemos desde o início porque esta é a nossa atitude. Agora, ganhámos a capacidade de termos mais um instrumento. Lutámos muito para chegar aqui e colocamos este instrumento adicional do apoio financeiro, obviamente muito importante, ao dispor das nossas associações e estamos a concretizá-lo.

Marques Pereira. Soube por si da notícia que me deu em relação ao apoio de uma direcção de um clube. Soube por si. Devo dizer que o candidato José Ribau Esteves tratará dessa matéria no espaço de gestão da sua candidatura, o Presidente da Câmara não tem nada a ver com o assunto. Mas devo-lhe dizer só uma coisa. É tudo muito bonito, todos vocês fizeram discursos, o Marques Pereira também, riquíssimo movimento associativo, o melhor do país. Isso é tudo muito lindo, só que depois o problema é a verdade das palavras ser tão diferente da verdade dos actos. O Partido Socialista fez uma maldade de uma gravidade incomensurável com a Associação Desportiva do Taboeira. É inacreditável ter-se destruído um campo a uma organização por um motivo que se entendeu bom, que era construir um estádio novo e demorámos estes anos todos; catorze anos, quinze anos. Há gente que sofreu coisas que não são razoáveis. As palavras são muito importantes mas sem actos consequentes são conversa. O Taboeira teve que andar a despejar charcos nos municípios vizinhos, agradecendo, temos que agradecer muito a toda a gente que ajudou o Taboeira, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, que permitiram usar os campos com o sacrifício dos pais com quilómetros que foram precisos percorrer. Isto não justifica outras questões e julgo que sabe bem o que eu penso sobre essa matéria.

O maior apoio a Associações desportivas do nosso Município não é nenhum destes três, no nosso mandato. É o investimento no Taboeira. Mas não era só o investimento financeiro, é o embrulho legal que foi criado, o embrulho financeiro, a guerra com dois empreiteiros, guerra a sério, era, de facto, um nó cego que se construiu ao longo de dezasseis anos. A nós levou três anos a desatar e ainda falta uma parte; ainda não está tudo, ainda falta uma pequena parte para pôr tudo na devida ordem como vai ser posto tudo na devida ordem. Em percentagem ainda falta para aí uns cinco por cento.

Esta é a importância histórica. Há, de facto, uma nova política de relação com as Associações, há, de facto, um trabalho novo, há, de facto, uma parceria nova, há de facto, uma atitude positiva de fazermos coisas em conjunto e de nos ajudarmos porque o que está em causa é o serviço público que todos nós temos em mãos.

O Filipe Guerra perguntou sobre o edifício Távora. Ainda ontem estivemos a trabalhar sobre essa matéria, tivemos o privilégio de ter o Arquitecto Bernardo Távora a fazer o ponto de situação do projecto, ao seu bom estilo. Nós, o Arquitecto Bernardo Távora, estamos a ultimar o projecto, em cima do projecto estremos daqui a poucas semanas a preparar o caderno de encargos e o programa do concurso. Daí para a frente teremos

cinco ou seis meses até podermos vir a consignar a obra, após toda a tramitação e o visto do Tribunal de Contas, e no final desse período teremos uma obra para começar e teremos terminado todo um trabalho que já está em curso com as cerca de vinte Associações que estão instaladas no edifício Fernando Távora para lhes dar o apoio que seja possível de forma a que haja continuidade nas suas actividades. A algumas teremos condições de apoiar fisicamente, a outras não teremos. Faremos, como este exercício aqui, seguramente no quadro dos apoios de dois mil e dezassete que é apoiar financeiramente aqueles que não podemos apoiar com um bem. Lembro, por exemplo, a nossa associação ligada à CARDA, a associação que nos ajuda a ajudar os nossos cidadãos com problemas de alcoolismo, sendo a maior parte da verba que está no acordo que assinámos na semana passada é para pagar a renda da casa onde estão, porque têm a sua sede numa casa arrendada. A sua candidatura foi direccionada para a necessidade de pagarem a renda da casa. A maior parte da verba, quase toda, é exactamente para esse fim. Faremos esta modelação. Nós temos associações com três edifícios da Câmara ao seu dispor e ainda se queixam. Uma delas está no edifício Fernando Távora, mas há mais duas. É este ponto de ordem, esta instalação de justiça, que estamos a fazer com todo o empenho e com toda a seriedade.

O Filipe Guerra chamou “fundo de maneio”, permita-me só ajeitar esta expressão. A verba que temos em orçamento e no PAM é de um milhão. Nós usamos aqui oitocentos mil. O que é que guardamos? Guardamos duzentos mil para um conjunto de coisas. Para a parte dos apoios ao ano lectivo e para a época desportiva de dois mil e dezassete / dois mil e dezoito – o que está aqui é a época e não lectivo dois mil e dezasseis / dois mil e dezassete – e algumas situações pontuais que possam surgir e que têm aqui o acolhimento orçamental neste espaço dos duzentos mil euros que guardámos propositadamente por força destas matérias.

Dr. Jorge Nascimento, eu tenho gosto e disponibilidade, eu e os Vereadores que comigo mais trabalharam esta área, os que estão mais envolvidos nesta matéria das associações, o Capão Filipe na Cultura e a Rosário Carvalho no Social, para com pormenor e com cuidado, sem aquela coisa que se for feita mal sai mal, porque é que este tem ‘x’ e aquele tem ‘y’. Tudo tem uma justificação, absolutamente tudo. O Marques Pereira diz que gostava de critérios mais objectivos. Eu compreendo o Marques Pereira e subscrevo o que ele diz. Mas não é mesmo possível, dada a natureza das situações, nós termos uma grelha de critérios que chegue à fórmula matemática. Isso dá uma asneira bem pior. O que é que é mais importante? É uma banda que vai a Crekarg disputar o campeonato do mundo de bandas ou uma outra banda que mudou de fardamento e precisa de ajuda. Como é que se compara isto? Não há comparação. Tem que haver uma componente subjetiva que não se coloca numa equação matemática para fazer a diferenciação destas matérias. Deixo só este exemplo, podia dar muitos mais. Mas temos toda a disponibilidade para explicar onde estão as diferenças, porque elas existem, porque elas são todas objectivas. Não dá é para as colocar numa fórmula matemática porque daria, seguramente, um resultado errado.

Nota adicional. Estamos a ajudar estas três organizações, deixem-me tirar uma porque é diferente para fazerem a sua compra no mercado. Consultas formais ao mercado, orçamentos de várias empresas, negociação o melhor possível, apoio técnico nesse processo. Esse trabalho está a ser feito. Em relação ao Barroca e ao Estrela Azul, já em relação ao Bonsucesso estamos só a ajudá-lo na elaboração do dossier e na apresentação do dossier à Câmara mas devidamente completo. Como é óbvio, o Marques Pereira também falou nisto, está no regulamento toda esta gente, estes três que aqui estão hoje e todos os que aqui não estão mas que a Câmara aprovou têm que prestar contas, no período que os define, no fim do ano, no fim da época desportiva, no início da

seguinte, é preciso prestar contas com a formalidade que está definida no regulamento. Se alguém fizer mal obviamente que a Câmara tem um conjunto vasto de mecanismos para pôr o mal na devida ordem.

É nossa profunda convicção que vai tudo correr bem mas os mecanismos formais de verificação vão ser, obviamente, usados como não podia deixar de ser porque está em causa dinheiro público.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰²¹

Vogal Rita Batista (BE)⁰²²

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²³

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰²⁴

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰²⁵

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²⁶

Vogal Marques Pereira (PS)⁰²⁷

Vogal Francisco Picado (PS)⁰²⁸

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)⁰²⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³⁰

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³¹

“Em primeiro lugar, quero dizer-vos com clareza que todos os apoios concedidos têm absoluta objetividade. Não tivemos, até à data, foi ninguém interessado em ver nada porque isto precisa de umas largas horas para verem as candidaturas. Dr. Jorge Nascimento, as candidaturas são um bocado bem mais complexas do que aquilo que disse.

Se querem mesmo ver, a sério, são umas largas horas, para verem mesmo, não é para darem uma olhadela, porque são dossiers imensos com as candidaturas, com as análises técnicas, com folhas de Excel para fazer a transformação em número dos critérios que estão no Regulamento, etc., com um conjunto de técnicos que estão na nossa Câmara, do Gabinete de Apoio à Presidência e aos Eleitos Locais e das divisões mais directamente envolvidas, educação, cultura, acção social e desporto. Portanto, há, aqui, uma absoluta objectividade. Suscito, para os que têm dúvidas, um bom dia de trabalho para consultarem tudo, ver o que é uma candidatura, ver as suas insuficiências porque umas estão impecáveis mas outras estão muito insuficientes, candidaturas feitas sem orçamento. Aquela deliberação da Câmara, aquele texto da deliberação que tem cinco ou seis páginas, tem milhares, muitos milhares, de páginas de processo, de análise técnica. Este processo assenta na meridiana e objectiva aplicação dos critérios definidos no Regulamento que aprovámos. Ponto final parágrafo.

Há depois algumas componentes, dei aqui um ou outro exemplo, para fazer diferenciação que uma grelha matemática não consegue fazer.

Se vocês olharem para o grupo dos corais tem lá uma lógica, só de olharmos para o número já se vê que tem uma lógica, mas depois também é preciso ver o resto. As bandas filarmónicas só de se olhar para o número já se vê que têm uma lógica, mas é preciso ver o resto. As Associações desportivas que têm formação e que não têm competição, a mesma coisa.

Há bocado esqueci-me de responder ao Dr. Jorge Nascimento, a diferenciação de valores tem a ver com a consulta que se fez ao mercado para se ver, nestes três casos, qual é o valor, tirando o Bonsucesso que tinha o trabalho feito. O que está neste valor, que está aqui, independentemente de ainda não ser o definitivo porque ainda falta

escolher a empresa ou as empresas que vão fazer o trabalho, no Barroca e no Estrela Azul, foi, pela consulta que se fez, ter-se uma noção objectiva. Por exemplo, há um que não tem rede de rega porque os campos, apesar de sintéticos, têm que ter rega, mas há outro que já tem. Um já não precisa mas o outro precisa. Há um que tem um furo com caudal que chega e sobra para fazer a rega, menos um problema; mas o outro não tem e é preciso fazê-lo. Há um que está à cota, direitinho para receber o sintético mas o outro está abaulado e tem que receber uma rectificação de cota porque se não lá vai a relva com a chuva e em pouco tempo temos a relva fora. Tudo isto assenta na mais rigorosa objectividade. Portanto, fica apenas esse desafio.

É evidente que quando vamos para questões como aquelas que o Francisco Picado aqui colocou, além de tomar boa nota de alguns conselhos que deu e que são avisados, são questões de filosofia. Nós não estamos a dar nada a ninguém. O pressuposto do Francisco Picado está completamente errado no que respeita à nossa forma de gerir. Nós não estamos aqui a dar nada a ninguém. As Associações assinaram porque quiseram. Se alguma associação está contrariada, e Dr. Jorge Nascimento, falarei consigo, com gosto, sobre esse caso porque esse caso tem um enquadramento muito complexo – é preciso saber o que é a Associação, o que é que faz, como é que são as fontes de receita, etc. – até porque, quem sabe, se o Sr. não será a pessoa indicada para ajudar a resolver um velho problema que está a complicar as conversas e que motivou a que fosse a única Associação citada como um problema e um número completamente absurdo, já que o Sr. fez aí uma conta que não tem pés nem cabeça, do zero vírgula trinta e quatro. Tenho todo o gosto, Dr. Jorge Nascimento, e acho que pode dar uma ajuda objectiva para nós resolvermos um problema que temos mesmo.

Mas oiçam... toda a gente é livre, toda a gente assinou livremente, ninguém tem que pagar nada, nós não demos nada a ninguém. Nós estamos numa acção de cooperação institucional por força de objectivos de interesse público que estas Instituições privadas cumprem e que nós entendemos que temos um ganho à comunidade se fizermos este investimento.

A Rita Batista diz que há um limite no PAM. Não há limite nenhum no PAM e há todos os limites no PAM. Não há limite nenhum no nosso Orçamento e há todo o limite no nosso Orçamento. Não há limite nenhum na possibilidade de termos receita e há todo o limite nas nossas receitas. Em tudo há um limite. Aquilo que nós colocámos como valor de referência é um valor que podia ser zero; nós pusémos um milhão que é a referencial. A próxima Câmara pode sentar-se com o FAM e dizer, por exemplo se seguirem a filosofia do Francisco Picado, que querem passar de um milhão para dez mil ou de um milhão para cinco milhões. O FAM vai discutir, vai fazer perguntas, por exemplo perguntar onde vão existir cortes. A próxima Câmara pode dizer que vai cortar nas obras das estradas ou que vai tirar ao PEDUCA ou que vai buscar uma receita não sei onde ou que vai aumentar mais o IMI. Todos estes exercícios que eu fiz são todos possíveis. O PAM é um plano que tem negociações de ajustamento formais uma vez por ano, mas vai haver sempre um valor. Nunca iremos ter o Bloco de Esquerda a liderar a gestão da nossa Câmara porque o nosso povo é um povo avisado e não vai fazer semelhante disparate, nem na próxima eleição autárquica nem em nenhuma outra que o futuro nos vá trazer naquilo que um ser humano pode pôr como previsível. Mas como sabemos é bom não esticarmos muito porque os prazos da previsibilidade no mundo são cada vez menos previsíveis. Mas tudo isto é possível, Rita Batista. Não são limites, são valores de referência que temos que ter para trabalhar. Nós não podemos dar apoios infinitos às Associações, tem que ter um valor e depois, no fim, chamamos-lhe um valor, ou chamamos-lhe um limite ou sei lá do quê. As questões têm esta objectividade. Comparar porque é que uma tem mil e outra tem duzentos mil não é uma abordagem séria, nem

objetiva, nem rigorosa. Isso é querer dizer umas coisas porque entramos no campo da falta de objetividade, de seriedade política e que não vale a pena porque não tem alimentação de discussão possível.

Há uma nota que é importante deixar em relação ao que disse o Francisco Picado. A candidatura da Associação Desportiva de Requeixo tinha um relvado natural, não se candidataram à actividade regular; candidataram-se só a um investimento para instalar um relvado natural no campo da Associação Desportiva de Requeixo.

Suscitámos à direcção, em muitas reuniões, além do muito apoio que lhes demos para arranjam terra a baixo preço, máquinas, etc., fizemos muitas reuniões, mas quando chegou à fase da candidatura já estava o clube em crise directiva — neste momento tem uma comissão administrativa a geri-lo.

Nós perguntámos se tinham feito bem todas as contas; se tinham a noção da opção que fizeram em termos objectivos; questionámos se não ponderavam a partilha de outras instalações ou a hipótese do relvado sintético daqui a alguns anos porque o relvado natural tem um problema delicado, não se pode pisar muito porque se se pisa muito lá vai o relvado rapidamente embora e depois é mais uma fortuna para o pôr lá outra vez. Neste momento essa candidatura, que está formalmente apresentada, posso-a disponibilizar a todos vocês para a verem está suspensa pela própria comissão administrativa, com quem reuniremos um dia destes, está neste momento a ser definido quem é que a vai liderar, para prosseguirmos o caminho da conversa nesta lógica de interacção.

Mas sabem que os nossos clubes já partilham muito as instalações uns com os outros, assim como as nossas escolas. A partir do momento em que nós chegámos à Câmara, já partilham muito as suas instalações desportivas com os nossos clubes. As equipas da nossa Associação Académica da nossa Universidade de Aveiro já partilham muito actividades desportiva e instalações com as nossas Associações. Isso faz parte da nossa política associativa, e vamos continuar, e vamos precisar de investir. Estamos a trabalhar com duas associações já a pensar, uma está escrito no tal protocolo que assinámos todos, no pavilhão. O pavilhão não é para o Beira Mar, para dar ao Beira Mar. O Beira Mar é o nosso cliente chave. Está escrito no protocolo que todos assinámos e que eu assinei em nosso nome, está lá escrito em português claro.

Já estamos a trabalhar no novo pavilhão. Estamos a trabalhar sobre o local onde poderá ser a nova nossa piscina.

Temos duzentos e cinquenta mil euros para investimento de fundo contratado para fazer a qualificação, na componente que é o seu problema, da eficiência energética da piscina, entre aspas do Galitos, que é de uma instalação do Instituto Português da Juventude e que não lhe liga nenhuma. Ainda há dias começou a cair uma parte do teto e perguntámos onde é que está o dono disto? Reuni com o Secretário de Estado e até hoje, nem um ai. Está a reflectir — como todos os outros governos também ficaram a reflectir e o património lá está a cuidar-se naquilo que o clube vai conseguindo, e a degradar-se naquilo que o clube não vai conseguindo.

Mas estamos a trabalhar com esse clube e quando as coisas tiverem um bocadinho de mais maturidade vamos falar com mais dois sobre essa matéria. Estamos a conversar, com desenhos, onde é que deve ser, onde é que não deve ser. Há outra questão que ainda não está a ser conversada mas é muito pertinente aquilo que disse sobre uma infraestrutura náutica. Nós temos definido o sítio, escrito além do mais, que é a zona da antiga Lota para que possa haver capacidade por um lado e por outro lado interacção para que as nossas associações que praticam possam cuidar, na zona da cidade.

Depois temos uma outra zona que também estamos a conversar com eles, com a Colectividade Popular de Cacia e com o IDEC que é a qualificação da exploração dos

desportos náuticos na toalha de água do Rio Novo do Príncipe no quadro do que temos hoje e no quadro do que vamos ter com as obras de qualificação. Portanto, Francisco Picado eu tomo boa nota das suas observações porque elas são sensatas e pertinentes, tirando o enquadramento do dar dinheiro porque nós não damos dinheiro a ninguém. Nós estamos a investir com rigor, com critério e com seriedade e com a verificação, obviamente, em devido tempo, embora não tenhamos que fazer nenhum relatório em especial – temos para cumprir as formalidades – porque trabalhamos todos os dias com as nossas associações em equipa e em interação.

Dr. Jorge Nascimento, dizer bem é tão legítimo como dizer mal. O Sr. não pode querer que a assembleia seja só para quem diz mal; porque é que a Assembleia não é também para quem diz bem? Qual é o problema? É mais nobre dizer mal ou dizer bem? Olhe, para mim a nobreza é igual. É da vida e da democracia mas não se incomode, Sr. Dr., por alguém dizer bem, qual é o problema? Incomode-se por alguém mentir, incomode-se por alguém roubar; incomode-se e incomodemo-nos todos. Agora, por alguém dizer bem do que está bem? Deixe lá, assim como alguém pode dizer mal daquilo que entende que está mal. Pois com certeza, viva a democracia e a as opiniões de todos nós. Há coisas boas? Está aqui uma coisa boa. Fomos capazes de chegar até aqui? Fomos. O nosso movimento associativo, rico, Dr. Marques Pereira, muito rico, não sei comparar com o seu conhecimento do país tão profundo, tenho dificuldade em fazer esses rankings entre trezentos e oito municípios, tenho mesmo dificuldade por falta de informação objetiva, mas por amor e por conhecimento da nossa realidade, os nossos são os melhores do mundo — não tenho disso a menor dúvida.

Em termos de objetividade tenho alguma reserva. Este acto, estes três actos e os outros que estão neste quadro deste programa marcam, de facto, o regresso da Câmara Municipal de Aveiro ao trabalho de equipa, ao investimento objetivo com as nossas Associações. Isto é muito importante, isto é muito positivo, mantendo a liberdade de todos os agentes e dirigentes desportivos de dizerem bem ou de dizerem mal, de fazerem o que quiserem, de apoiarem os partidos que quiserem, quando quiserem. Todos livres. Mas nós somos comprometidos, uns e outros, nestes contratos que estamos a assinar para fazer bem. Entendemos que era bom dar este passo e demo-lo. Estamos a formalizá-lo com toda a dedicação e, de facto, vivendo uma época que é histórica pelo lado bom da consequência de tudo o que estamos a fazer.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰³² o ponto 1 – Apreciação e votação dos encargos plurianuais quantificados nas Minutas dos Contratos – Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com a Associação Recreativa e Cultural da Barroca, o Futebol Clube do Bom Sucesso e o Clube Estrela Azul, relativos aos Apoios Financeiros no âmbito do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD13+CDS6+PS9+BE1+IND4), uma abstenção (PCP1) e zero votos contra.

Seguiu-se a declaração de voto do Vogal:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰³³

“Exmo. Senhor Presidente. Eu fazia de intervenção de voto a primeira intervenção do PCP. Muito obrigado.”

Ponto 2 – Apreciação e votação da Revogação do Plano de Pormenor do Parque (Estádio Mário Duarte);

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 05/07/2017, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰³⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁵

“De forma sumária. Nós aprovámos e assinámos um protocolo com o Beira Mar que assume de forma clara, objetiva e com cronograma o fim da existência do velho Estádio Mário Duarte. Temos um procedimento concursal adjudicado, já revalidado, com o nosso empreiteiro para demolir os antigos armazéns gerais da Câmara. Temos uma obra adjudicada à espera de Visto do Tribunal de Contas e que é minha convicção que chegará nos próximos dias e que é a qualificação da nossa escola EB 2,3 João Afonso de Aveiro, temos um memorando assinado, no passado mês de Outubro, entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Centro Hospitalar do Baixo Vouga, a Universidade de Aveiro, a Administração Regional de Saúde do Centro em representação do Ministério da Saúde e a Universidade Nova de Lisboa que é a nova parceira da universidade de Aveiro para a área da medicina, e este conjunto de operações formais que, obviamente, têm opções políticas absolutamente claras que concertámos, que construímos, com todo este vasto leque de parceiros leva-nos a que, depois de também termos aqui colocado a tal peça fundamental, básica, do puzzle – termos um Programa de Ajustamento Municipal em plena execução – que nos permitiu fechar o leaseback que era o empréstimo com a entrega da titularidade de um terreno com o BPI, nós libertámos esse ónus legal que tínhamos sobre aquela propriedade, foi já feita a escritura que, obviamente, transpôs a propriedade daquele terreno para a Câmara. Falta acabar com uma peça para termos todas as condições em termos políticos e legais para desenvolvermos o processo que, já o disse aqui na última reunião, terá notícias públicas em breve, de preparação de todos os trabalhos de estudos prévios, projetos e futuramente obras de ampliação e qualificação do nosso Hospital Infante D. Pedro.

Este passo de hoje é uma peça deste puzzle onde se acaba com um Plano de Pormenor do qual discordamos em absoluto, construir, naquele sítio, oito prédios de sete pisos, em termos urbanos, não tem pés nem cabeça. É uma discordância absoluta. Agora já não é preciso isso, é preciso é deixar claro que a nossa opção é de equipamento nesta área, o nosso PUCA e o nosso Plano Director Municipal são compatíveis com esta nossa opção no quadro que temos actualmente em vigor e assim será no quadro da revisão do PDM que estamos a desenvolver. É preciso terminar coma vigência actual deste Plano de Pormenor para compor bem esta peça deste puzzle tão importante que estamos a desenvolver.

É este o enquadramento desta proposta que trazemos à Assembleia Municipal para acabarmos com este Plano de Pormenor pelos motivos óbvios e objectivos que estão nos seus considerandos e que com esta intervenção procurei sumariar.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁶

“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes.

Primeiro e essencial o ponto que é agora votado e o assunto que o traz, o aparecimento de uma escola de saúde junto ao Hospital de Aveiro é de facto uma boa notícia. Fariamos o exercício de o relembrar, porque também é justo que o façamos, que nesta Assembleia foi construída por todas as forças políticas e votada por unanimidade, a propósito do Hospital de Aveiro, e infelizmente de facto a caracterização que é plasmada nessa Moção, passados três anos, nos seus traços essenciais mantem-se. Na realidade o acesso à Saúde em Aveiro quer nas USF quer no Centro Hospital do Baixo Vouga, tem tido problemas que tem vindo a ser trazidos a esta Assembleia e importa portanto salvaguardar essas deficiências e as debilidades, a escassez de pessoal, as listas de espera, enfim, por ai fora.

Sobre o que irá ser votado, nós da nossa parte fazemos uma valorização naturalmente de todos esforços daqueles que de forma séria procuram defender o SNS e o Hospital de Aveiro. Consideramos que é de facto um passo relevante o aparecimento desta escola junto do hospital de Aveiro. Consideramos que do ponto de vista na riqueza da dinâmica que trará ao Hospital também é relevante. Que pode trazer para o Hospital outros quadros que valorizam o Hospital de Aveiro e o Centro Hospitalar. Contudo nós mantemos uma preocupação. O Centro Hospitalar do Baixo Vouga não carece apenas de uma estrutura pedagógica. Carece da sua estrutura assistencialista.

Ou seja, o Centro Valoriza-se com a Escola, é um facto positivo. Mas precisamos de facto de um Hospital melhor. Nós no PCP continuamos a pensar que Aveiro carece de um novo Hospital. Por mais difícil que esta ideia no presente se aparenta, consideramos que o que Aveiro precisa é de um novo Hospital.

É necessário aumentar o número de valências, a sua capacidade, o pessoal clínico, o pessoal auxiliar. E tudo isto passará pela elevação do hospital de Aveiro para um escalão de um Hospital Central. Estas são de facto as grandes preocupações sobre este ponto. Tenho dito.”

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁷

“Senhor Presidente, discute-se neste ponto a revogação de um plano de pormenor que tinha como único objetivo a especulação imobiliária e substitui-se por um projeto que visa a intervenção no Centro Hospitalar e a criação de um Hospital Escola. Obviamente que só nos podemos congratular com esta mudança de rumo que se dá ao espaço do Parque Estádio Mário Duarte.

E é de facto a diferença entre um Plano que beneficiaria um punhado de gente em contraposição com um plano que beneficia toda a população. Que beneficia o Centro Hospitalar, que beneficia o SNS. E isto é de facto o verdadeiro interesse público tantas vezes invocado em nome de interesses privados, quando na verdade é isto que se pretende. Um esforço de todos em nome de um bem comum que possa ser usufruído por todos. O Bloco de Esquerda obviamente vai votar a favor desta situação, sabendo que este voto representa a alteração de um plano para fins públicos, de um plano que beneficia o SNS e que tenha por base o incremento das valências de um Centro Hospitalar e que possa dar o incremento na oferta de Educação Superior em Aveiro. E por isto, congratulamo-nos com esta mudança de rumo que se vai dar a este espaço.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰³⁸

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰³⁹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁴⁰

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁴¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[042](#)

“Neste ponto dois, estamos aqui para validar a revogação do Plano de Pormenor do Parque. Chamado envergonhadamente assim. Porque é mais o plano de pormenor do estádio Mário Duarte. Esse sim, o Plano de Urbanização do Estádio com várias torres e alguns andares.

Depois esta revogação só é possível assim como os contratos de apoio às associações, porque este executivo fez o trabalho que lhe competia e fê-lo bem. Com a aprovação do PAM (Plano de Ajustamento Municipal), permitiu reverter o contrato leasing com o BPI. Estamos aqui porque este executivo em sede de Câmara aprovou um protocolo de entendimento com o Beira-Mar onde estava plasmado por acordo mútuo a saída do Beira-Mar do Mário Duarte. Relembro, este acordo teve o voto contra do Partido Socialista.

Repito, este acordo entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Beira-Mar teve o voto contra do Partido Socialista, com uma intervenção do representante do PS que me abstenho de reproduzir. Mas cada um é livre de estar como entende. Agora tem de ser assumido que o Partido Socialista votou contra este acordo.

Estamos aqui porque este executivo, após a libertação do Estádio Mário Duarte, preparou, negociou, e chegou a acordo com várias entidades, para mais conhecimento e preparou, negociou e chegou a acordo com várias entidades para “Mais Conhecimento melhor Saúde em Aveiro”. Acordo estabelecido com muito diálogo e abertura com a Universidade de Aveiro/Câmara Municipal de Aveiro/ Centro Hospitalar do Baixo Vouga/ Universidade Nova de Lisboa/Administração Regional de Saúde do Centro. Para que ali, naquele sítio, naquele espaço, seja feito o alargamento e expansão do nosso hospital. Para que seja claramente uma aposta num Hospital Escola e um Centro Clínico Académico. Apostando essencialmente nas Ciências Médicas da Saúde e da Investigação.

De referir que sem a libertação deste espaço, esta requalificação de Centro Hospitalar era impossível. Não se podem fazer requalificações e expansões sem espaço.

O Ministério da Saúde e a Administração Regional de Saúde do Centro, agora sim têm esse espaço livre, desocupado. É hora de o utilizarem em favor dos aveirenses. E esta revogação do Plano de Pormenor do Estádio Mário Duarte é um passo. É um passo que este executivo tem nessa expansão e nessa qualificação dos cuidados de saúde para os aveirenses. Depois de o já ter feito no melhoramento de todas as Unidades de Saúde.

Para terminar, levanta-se uma questão, e gostava que o Senhor Presidente se referisse a ela. Pela documentação ficamos a saber que o espaço do Estádio fazia parte de um leasing com o BPI, que através dum plano de pormenor, permitia a construção de oito torres de sete andares. Eu quero crer que esse Plano fazia parte de uma visão estratégica para aquela zona do Parque da Cidade. Ou seja. Quero eu crer que era uma visão estratégica, validada, depois da auscultação da opinião pública.

Gostava de saber senhor Presidente, qual foi o executivo que depois de ouvir a opinião pública, entendeu que estrategicamente era bom para Aveiro, era útil para Aveiro, era preciso para Aveiro, que no sítio do Estádio encajado entre o Parque Infante D. Pedro e o Hospital, era útil, era estratégico, colocar muitas torres com vários andares!?! Nós nesta bancada Senhor Presidente, como seu e nosso executivo, achamos que estrategicamente para Aveiro e para os Aveirenses é melhor, é mais útil, aquele espaço ser para ampliação e requalificação do Hospital Infante D. Pedro.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴³

“Eu gostava de agradecer a todos as referências, especialmente a referência do nosso Presidente olhando e usando muito bem a sua condição de Presidente do Conselho Consultivo do nosso Centro Hospitalar.

Nós temos um patamar de decisão muito importante neste momento que marca um conjunto vasto de decisões, construído pelo tal puzzle, é mais uma peça, como ainda agora o Manuel Prior sumariou outra vez. Mas foi preciso, de facto, tomar decisões. É preciso estarmos bem preparados porque a luta continua, nós temos um imenso caminho à nossa frente para percorrer. Esta coesão, este lobby de todos, este contributo de todos, é muito importante. A decisão que o nosso Município tomou há vinte anos foi a de construir um hospital novo naquela que é a zona industrial de Eixo na sua transição para Oliveirinha. Foi a decisão tomada há vinte anos. O esboço de decisão que herdámos do Executivo anterior era de ampliação mas os terrenos referenciados para ampliar são os terrenos da Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclo João Afonso de Aveiro. Foi preciso olharmos para tudo isto. Um problema delicadíssimo do velho estádio do Beira Mar; conhecemo-lo todos. Foi preciso tomar decisões. A nossa decisão, ouvida toda a gente, trabalhado com toda a gente e com os nossos parceiros, porque nós somos o motor disto. É fundamental a Câmara manter-se nesta equipa como motor mas inconsequentes se não tivermos o Centro Hospitalar, a ARS, o Governo que é quem é o dono e quem manda na ARS e no Centro Hospitalar, a Universidade com o seu parceiro a Universidade Nova de Lisboa. Há uma equipa criada, recém-criada porque isto é uma coisa muito jovem, um caminho percorrido e um caminho enorme para percorrer. Estão as nossas decisões tomadas. Não há mais Hospital novo seja lá onde for, nomeadamente no sítio onde está apontado no actual PDM; não vamos expandir para a João Afonso porque vamos qualificar a João Afonso, uma obra que, no mínimo, terá uma vida útil de dez anos. Portanto, é para aqui, para estes terrenos dos antigos Armazéns e do velho Estádio que nós vamos expandir. E porquê? Porque os cálculos que já estão feitos permitem dizer que está ali a área que é precisa. Eu não quero, agradeço que me compreendam, ser eu a anunciar todo o trabalho que, um dia destes, vais ser anunciado pela equipa que está a fazer o processo, com a liderança do nosso Centro Hospitalar, como não podia deixar de ser. Portanto, não quero ter essa indelicadeza; era o que mais faltava. O trabalho está pronto, temos até depois de amanhã uma reunião final entre os três principais responsáveis, Presidente da Câmara, Reitor e Presidente do Centro Hospitalar, para darmos o toque às vírgulas finais. Seria uma grande indelicadeza da minha parte estar aqui a fazer aquilo que vai ter um tempo próprio e próximo para ser feito. Mas só para dar uma ideia grosseira e para responder à questão que o Marques Pereira e o Francisco Picado colocaram. Grosso modo o que se vai fazer é um edifício novo ou uma área nova, pode ser um ou dois edifícios, onde vamos instalar serviços – o Hospital, o Filipe Neto Brandão falou nisto, mantém e a lógica é a de aumentar em quantidade em área de prestação de serviços, e em qualidade, a sua componente assistencialista. O que se vai fazer a mais de ampliação não é pôr uma escola no Hospital. Não é nada disso. Esse edifício ou edifícios vai também ter uma área escola, chamemos-lhe assim, o tal Centro Académico Clínico lá dentro, com componentes autónomas e componentes integradas no espaço. A peça fundamental é a peça de concentração da chamada consulta externa porque no nosso Hospital a consulta externa está por tudo quanto é canto nos seis pisos do edifício, o que causa complexos problemas de gestão e causa impossibilidade de fazer crescer outras valências como salas de operações, etc. Portanto, a lógica é ampliar construindo edifício novo para termos mais área para prestar serviços, objectivamente componente assistencialista, e mais área,

mais e no sentido de novo, das novas funções de somarmos a componente da formação e da investigação em ambiente de trabalho com a tal componente do Centro Académico. É isto do grosso modo. A área tem que estar disponível para ter área de estacionamento automóvel e acessibilidades. Com a estrutura viária que hoje lá temos não é possível, iríamos fazer mais uma grande asneira e íamos conflitar mais aquilo que já hoje não é nada fácil. Já temos um primeiro esboço enraizado na rotunda do ISCA, assim chamada, que como sabem é projecto PEDUCA para que, com base na rotunda do ISCA, se faça a principal acessibilidade pública ao nosso Hospital, para depois optimizarmos a acessibilidade à urgência e optimizarmos a acessibilidade às funções ou ao funcionamento pelo portão que hoje serve para tudo em termos de público e dos profissionais. Nesta abordagem também está, seria um absurdo se não estivesse, essa componente. Dentro dessa área, há área para implantar edifícios e há área para implantar as infraestruturas de suporte onde as acessibilidades e o estacionamento automóvel têm um papel objectivo. E resolver também outros passivos. O tal Centro de Imagiologia que já aqui foi referido com outras palavras que está num terreno que a Câmara entregou à Universidade na condição de cumprimento desse objetivo, é aquele espaço que vai sendo ocupado por critérios não formais para estacionamento e que fica entre a sede do IPDJ e o McDonalds, também está metido nisto. Não propriamente para construir lá um edifício porque os edifícios têm que ser integrados, mas para tirarmos proveito daquele espaço para tratarmos de acessibilidades e de estacionamento em toda esta área. É olhar para isto de uma forma radicalmente diferente mas com base nesta lógica e fazendo bem a integração ou melhor a interligação desta componente com o Parque da Cidade, o Parque Infante D. Pedro, e o Parque dos Amores, porque também queremos que o Hospital ganhe uma relação positiva com este espaço de Parque que está ali e muito bem. Não estando à moda antiga como está actualmente com aquele imenso muro, mas estando numa relação positiva, tirando também proveito dessa relação de proximidade entre o Centro Hospitalar e o Parque urbano.

É por aqui que o trabalho está a ser feito e é por aqui que nós queremos desenvolvê-lo na certeza absoluta que precisamos muito desta coesão, desta determinação, agora que vamos lançar o procedimento para contratar estudo prévio. É no estudo prévio que as grandes decisões se vão tomar: áreas de construção, pisos, acessibilidades. É no estudo prévio que todas estas decisões se vão tomar e com essa peça temos uma carta pesada para as negociações financeiras, julgo eu ainda com o Portugal2020 em sede de reprogramação, e já no quadro do pós-2020 que já está em pleno desenvolvimento.

É esta a estratégia e depois nessa outra luta irmos tendo as cartas prontas, as tais peças do puzzle: terrenos disponíveis, terrenos preparados, dinheiro, estudo prévio em condições e irmos capacitando, como eu gosto de dizer. Se o nosso ministro da Saúde dissesse hoje «Sr. Presidente começamos a obra amanhã» tínhamos aqui um problema sério de absoluta incapacidade e impossibilidade de o fazer.

É esta preparação que sendo um acto preparatório ou um conjunto de actos preparatórios é um acto muito importante, contributivo para que as coisas aconteçam e possamos, com a brevidade que nos seja possível, que queremos que seja máxima, cumprir este objetivo que tem a ampliação e tem uma outra coisa tão importante, não vale a pensa dizer se é mais ou se é menos, que é a qualificação também com novos serviços que vão ocupar as áreas que vão ser libertas da consulta externa naquilo que é a estrutura edificada que nós temos no nosso Hospital que, feitas as contas todas, são quase cinquenta mil metros quadrados de área útil que os edifícios existentes têm. Portanto, é essa conjugação dessas duas componentes que está na base deste trabalho que vamos com toda a intensidade, com toda a dedicação, continuar a desenvolver.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁴⁴ o Ponto 2 – Apreciação e votação da Revogação do Plano de Pormenor do Parque (Estádio Mário Duarte), sendo o mesmo aprovado por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor (PSD13+CDS6+PS9+BE1+PCP1+IND4).

Não houve declarações de voto.

Ponto 3 – Apreciação e votação da Alteração do Regulamento das Habitações Sociais Propriedade do Município de Aveiro;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 05/07/2017, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁴⁵ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁶

“De forma muito sumária. Já falámos cá deste documento. Cumprimos os nossos objetivos. Temos uma alteração importante.

Relembro dois dos seus principais objetivos: criarmos condições de licenciamento com o manuseamento dos mecanismos de redução e isenção de taxas a unidades industriais existentes e a instalações e equipamentos sociais. Foram dois dos nossos principais objetivos neste processo, além de outras pequenas e poucas benfeitorias que foram surgindo do manuseamento do nosso novo RUMA, que é jovem.

Aquilo que trazemos à Assembleia é um documento no qual nos revemos bem, de forma tranquila e com a proposta de que ele seja aprovado para ser rapidamente publicado em Diário da República e entrada em vigor... [interrupção feita pelo Presidente da Mesa] ”

Presidente da Mesa:⁰⁴⁶

“Senhor Presidente peço desculpa por interromper, mas estamos no ponto três da Ordem de Trabalhos. A apresentação que está a proferir está relacionada com o RUMA penso dizer respeito ao ponto quatro.”

Presidente da Câmara:⁰⁴⁷

“Peço desculpa... de facto! Baralhei aqui a minha cábula. Fica já a apresentação do ponto seguinte, o ponto quatro feita. Então concluindo essa apresentação antecipada... Com a entrada em vigor do RUMA temos um conjunto de passivos para resolver, quer na área da indústria, quer na área dos equipamentos sociais e que esperam esta benfeitoria do nosso regulamento.

No que respeita a este ponto três — Regulamento das Habitações Sociais.

Como sabeis derivou de uma nova lei que o país tem. Fizemos a adaptação do nosso também jovem Regulamento para a nova realidade legal, os objetivos estão absolutamente cumpridos em toda a tramitação que a proposta de Regulamento teve, lembrando que neste caso há um processo muito importante que aguarda a entrada em vigor deste Regulamento. Já há obras em Santiago, já estão os tais cinquenta e cinco fogos em plena obra, finalmente, depois do terceiro concurso público já temos empreiteiro, está a trabalhar bem e em bom ritmo. Além de outras obras. A obra do Parque de Santiago já está em desenvolvimento e o projeto de qualificação de blocos, já estamos a terminar o primeiro grupo de doze e já estamos a iniciar o segundo grupo de

dez; tudo isto no âmbito do financiamento do PEDUCA e no outro financiamento que vamos apresentar para candidatura até ao final do mês de agosto à eficiência energética, onde queremos ir buscar mais um bolo importante para prosseguir a qualificação desta importante área urbana do nosso Município. Falta-nos a entrada em vigor deste Regulamento para que, acto imediato, estar tudo pronto para procedermos ao lançamento do concurso público para a atribuição dos tais cinquenta e cinco fogos na lógica de terminada a obra dos cinquenta e cinco fogos termos a lista ordenada das cinquenta e cinco primeiras famílias que vão ficar nesta lista ordenada para que elas possam ir viver para os fogos reabilitados logo que as duas operações estejam terminadas. No nosso cronograma, sempre indicativo, serão mais ou menos justapostas estas operações lá para o final do presente ano de dois mil e dezassete.

Este é um contributo muito importante nestas operações de intervenção na nossa habitação social e, por isso, estamos de forma tranquila a apresentar esta proposta, que a consideramos boa e positiva, à Assembleia Municipal, com este acréscimo de valor por ser uma peça importante na qualificação de cinquenta e cinco fogos e colocá-los imediatamente ao dispor, logo que seja possível, para aqueles cidadãos que vão ser seriados pelos critérios objetivos do concurso que iremos lançar numa das próximas reuniões de Câmara, acto imediato à publicação deste regulamento.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores e demais presentes.

Em relação a esta matéria eu gostaria por começar, porque me parece que é justo e necessário enquadrar algumas alterações que tem havido nesta área. E começar por fazer alguma referência a algumas propostas que o PCP apresentou na Assembleia da República e que foram aprovadas na lei 81/2014, que se prendem com questões como o cálculo do rendimento dos agregados familiares, os limites das rendas até aos 23%, entre outros aspetos.

Sobre aquilo que é a proposta que a Câmara Municipal de Aveiro faz, há algumas preocupações que nós temos, nomeadamente áquilo que está regularmente proposto.

A primeira tem a ver com a própria fórmula do regulamento. Porque isto não sendo do ponto de vista material alfa e ómega, tem algum simbolismo, o facto da Câmara neste regulamento valorizar as obrigações dos arrendatários através de artigos e aquilo que são as obrigações da Câmara estarem apenas em alínea. Portanto do ponto de vista daquilo que é o equilíbrio do regulamento isto não me parece perfeito.

Há outras coisas que nós gostaríamos de chamar atenção. A primeira é com artigo 7.º que se prende com a situação dos arrendatários que entram em atraso. Pergunto: Despeja-se? Julgamos não será esta a solução justa socialmente e moralmente justa — naturalmente salvaguardando alguns casos. Há ainda a situação do artigo 15,25 e 26 em relação às obrigações de conduta as relações de vizinhança e animais perigosos. Aquilo que a Câmara Municipal de Aveiro propõe e elenca nestes três artigos, é uma elencação de um conjunto de situações que pressiona. Quer dizer, não é curial, não precisas termos estas estarem previstas do ponto de vista regulamentar pois as mesmas fazem parte das normais e saudáveis regras de convivência e que em bairros estão sempre legalmente protegidas. E é de facto colocar pressão sobre os municípios num tom pouco desconfiado, que seria escusado.

Há ainda a situação do artigo 16 e 17.º sobre a vistoria e o acesso ao fogo municipal. Esta era uma situação que da nossa parte também poderia ser aguardada. Basta

verificar que no regulamento de arrendamento normal não é possível isto. O Senhorio não pode virar-se para o arrendatário e dizer: preparar-se que daqui a cinco dias vou entrar na sua casa. Ou seja, a Câmara Municipal de Aveiro também poderia ter evitado colocar este tipo de articulados. Enfim, são situações que legalmente é possível, mas são situações desagradáveis. Ainda que se possa com alguma benevolência entender o que é que a Câmara de Aveiro possa estar a tentar salvaguardar, isto são situações que poderiam ter sido na nossa opinião evitadas, procurando evitar esta situação. Naturalmente que depois no regulamento é a sua aplicação. E a aplicação será o critério da verdade em relação a estas situações todas e da postura que a Câmara de Aveiro irá querer ter com os municípios.

Em relação ao valor das rendas pronto, está dentro dos limites legais, não temos nada a objetar em relação a isso. Tenho dito.”

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[049](#)

“Senhor Presidente, este regulamento de habitação social representa a derrota de Ribau Esteves e do PSD/CDS. Mas as derrotas do PSD/CDS e de Ribau Esteves são as derrotas dos aveirenses.

Tínhamos um regulamento aprovado pela maioria (aliás o Bloco foi o único partido a votar contra) um Regulamento que aumentava as rendas e que castigava os pobres. Desresponsabilizava a Câmara das suas obrigações como arrendatário e instituiu um sistema de mobilidade onde as pessoas deixavam de ter direito, enraizamento comunitário e passavam a transitar entre bairros sociais de uma forma totalmente indigna. Esse Regulamento foi derrotado. O Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de alteração da lei de Assunção Cristas e com o apoio do PCP e do PS alterou-se essa lei – lamentavelmente vem com um atraso de seis meses.

Atempadamente o Bloco apresentou nesta Assembleia uma proposta de recomendação em setembro para que este regulamento fosse revisto em tempo útil, tal foi chumbado pela maioria PSD/CDS. Mas cá estamos com um Regulamento que volta a baixar as rendas tendo em conta o rendimento líquido em vez do bruto. Onde há benefícios para maiores de 65 anos e famílias monoparentais que não acontecia no anterior. Onde a taxa de esforço passa de 25% para 23%. E, onde a Câmara é obrigada a cumprir com as suas obrigações – e também leva em consideração as pessoas com mobilidade reduzida.

Isto é o que a lei determinou neste novo regulamento. Infelizmente, no que Ribau Esteves tem lugar de decisão neste regulamento, vemos que o coeficiente de correção, apesar da lei prever rendas de 1% do IAAS este regulamento prevê rendas de 5%. Ou seja, cinco vezes superiores ao que a lei determina.

Também e mais uma vez o Regulamento volta a dizer que a falha do arrendatário, neste caso o município, na manutenção do seu edificado implica rendas mais baixas ou seja se não cumprir as suas obrigações admite-se baixar a renda. Mas Ribau Esteves está a dizer que as rendas não são altas. Apresenta rendas de 5% do IAAS mas com um apoio arbitrário onde agregados não consigam pagar as suas rendas podem pedir ajuda ao município para pagamento das rendas. Não é forma de dar autonomia às pessoas. A renda deve ser o mais baixa possível para que as pessoas consigam pagar as suas contas sem ter que de uma forma subserviente pedir ajuda ao poder político.

Ribau Esteves também teve de recuar na questão que diz respeito ao despejo de agregados familiares que suspeitos de crime. Figura que não existe na lei portuguesa. Suspeito que seriam desalojados neste regulamento – felizmente essa situação já não aparece. Admite o erro no próprio regulamento e ainda bem que o admite.

A pergunta que o Bloco tem para o Senhor Presidente é: uma vez que demorou seis meses a elaborar este regulamento, se as pessoas que estiveram a pagar renda indevida vão ser ressarcidas desse valor. Obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁵⁰

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁵¹

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁵²

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁵³

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰⁵⁴

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁵

“Vou ser breve. Portanto este regulamento não é mais que a transposição da nova lei para o Regulamento que já existia. No entanto há um partido que diz que este Regulamento não cumpria a lei!? Gostava que o Senhor Presidente esclarecesse se esta alteração ao Regulamento que estamos a aprovar cumpre ou não a nova lei na totalidade?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁶

“Eu julgo que há aqui duas ou três ideias que são importantes deixar. Primeiro, é de facto preciso que estas matérias tenham regras e tenham o mínimo de responsabilização a todos os níveis e também em termos financeiros. No nosso modelo normal era preciso? Não, não era preciso nada disto. Mas a nossa experiência, Filipe Guerra, a experiência do país exige que haja uma lei. Para que é que é a lei? Não é precisa para nada, para que é que é a lei? Para que é que são os regulamentos? Para nada... se toda a gente fosse cumpridora. Mas, de facto, a experiência de todos nós diz que isto é preciso. É mesmo preciso. Quando se colocou a clarificação de conceitos é porque é preciso porque a nossa experiência assim nos diz. Por exemplo, quando se define o que é um espaço comum é porque as opiniões divergem; vem um advogado e diz que é o A, vem outro e diz que é o B. A lei e o regulamento são instrumentos para ajudar à gestão, para nos ajudarem a gerir, ajudarem as pessoas que lá vivem a convivem umas com as outras naquilo que é estritamente seu e naquilo que são os espaços que são de todos, os tais comuns. É um exercício simples. Que o ideal não precisava disto não tenho duvida nenhuma, mas a realidade precisa e precisa mesmo.

E devos-lhe dizer o seguinte por causa desta frase que acabei de dizer. Nós não vamos chegar à gestão da habitação social com este Regulamento. Já cá estamos desde o início do mandato. Temos feito um trabalho profundo, primeiro de reorganização da nossa vida interna e a seguir da nossa operação, gerido por toda a equipa sob a orientação da nossa Vereadora Raquel Madureira, com a nossa nova chefe de divisão que nomeámos porque a nossa Câmara tinha desaparecido da gestão da habitação social. Eu julgo que a nossa Câmara desapareceu no dia em que acabou as construções e pôs lá as pessoas. De facto, houve uma reforma profunda e muita positiva. Há regras, instalámos informalmente condomínios, há reuniões regulares, há acções de formação, há comunidade e há problemas para resolver. Precisamos das regras que temos, porque já temos, já resolvemos problemas, e, obviamente, de melhorar as regras. Com a lei que tínhamos em vigor e com a lei que temos em vigor.

A Rita Batista faz aquelas suas efabulações das derrotas, para trás e para a frente; fique nas efabulações que quiser, eu cumpro a lei. Esse seu raciocínio do retroactivo, se tiver uma solução mande um email a dizer como é que isso se faz de forma legal que é para eu perceber porque, de facto, por aquilo que disse não consigo perceber e não vou perder

tempo a acompanhar as suas efabulações. Agora, acho que, por exemplo, e foi uma discussão que tivemos, o IAS são quatrocentos e vinte euros. Um por cento? É melhor dizer zero. A Rita Batista acha que isto devia ser tudo de borla, tudo ao monte e fé me Deus, sem regras... e rapidamente se instalaria uma situação muito difícil. Porque se a maioria dos cidadãos são bons, bem comportados e cumprem as regras da boa cidadania, há alguns, muito poucos, que não cumprem. Às vezes basta um para arranjar um problema no meio de cem. Gostávamos muito que não fosse assim mas é a nossa vida, é a realidade objetiva do mundo em que vivemos. Nós achamos que os cinco por cento estão correctos; vinte euros. O que é quase zero. Obviamente que vamos encontrar sempre alguém que tem problemas graves de rendimento mas há um conjunto de outros mecanismos na Administração Pública Central, gerida pelo nosso Governo, e na Administração Pública Local, gerida pela nossa Câmara. Há um conjunto de instrumentos que temos usado. Como já aqui dissemos e falámos tantas vezes nisto, os problemas sociais que vamos trazer pelo facto de termos tido onze despejos, onze ou doze, um número nesta ordem de grandeza; houve algum problema social? Nenhum porque nós não criámos nenhum problema social. Nós resolvemos problemas de injustiça e de incumprimento grave de regras entre as mesmas pessoas no mesmo bairro. Mais nada, não criámos problema social nenhum. Havia era, de facto, comportamentos marginais às regras e que ainda há pouco o Paulo Marques referenciou.

De forma tranquila, hoje temos uma Câmara presente. E por ser presente conseguiu, neste momento, investir em obra física e em projectos no nosso maior Bairro quatro milhões de euros. Quantas vezes se investiu quarenta mil euros nos últimos trinta anos no Bairro de Santiago? Nenhuma e por isso se chegou a um estado de degradação arrepiante, como a Rita Batista ou camaradas seus do Bloco falaram; os tais sítios onde as colunas montante amarelecem a água. Não foi invenção do Bloco de Esquerda, é mesmo verdade. Só que isto não ficou amarelo neste mandato, já estava amarelo antes. É preciso fazer projetos, arranjar dinheiro, fazer obras. Quem esteve aqui ontem a ouvir a empresa a apresentar o projeto é um projeto diabólico em termos de engenharia, não é nenhuma arquitetura porque aqui não há nenhuma arquitetura, é pura engenharia, resolução de problemas: humidades, ventilação, colunas montantes, eficiência energética, comportamento térmico, ruído, etc. É só disto que estamos a falar. É inacreditável, não é? Problemas tão básicos mas, infelizmente, temos gente a viver com problemas básicos no centro da nossa cidade. O Bairro de Santiago já não é uma coisa que fica lá fora, estamos a falar de uma zona central da nossa cidade que nós também fazemos para integração social e integração urbana. Está também em curso um processo de integração social e de integração urbana já que o Parque da Cidade vai passar a ir da Baixa de Santo António, no Alboi, até Santiago, até ao Centro Escolar de Santiago. Tudo isto vai ser o Parque da Cidade com componentes de dinamização, de marketing, etc., tudo isto vai ser o Parque com outro tipo de componentes.

Com isto espero ter também respondido à Dr. Ana Seíça Neves nesta lógica. O Regulamento é uma peça importante? É. O Regulamento tem um conjunto de regras, nós achamos que é uma boa peça e positivo. Mas das duas uma: ou tem boa gestão, atenta, activa, presente, e ele é um bom Regulamento; ou tem uma má gestão e o Regulamento não tem coisa nenhuma. Nisto com em tudo a boa gestão é fundamental. Devo-lhe dizer que acho que temos créditos com o trabalho que foi feito, obviamente que ainda temos muito para andar. Sabemos que o fazer obra, o qualificar, estamos a falar de Santiago mas podemos falar do Griné e do Caião, outra grande operação de investimento no âmbito do PEDUCA, e de pequenas operações de qualificação que estão em curso. Vai começar uma obra no Bairro da Bela Vista. Conhecem todos o Bairro da Bela Vista? Não sei se é o mais velho. Se não é o mais velho é um dos mais velhos mas seguramente o

mais inacreditável, ainda com habitações feitas de um aglomerado de madeira e cartão. Existe no nosso Município o Bairro da Bela Vista; existe mesmo. Nós demolimos duas habitações inenarráveis, enfim; numa delas já lá estava a acampar uma pessoa porque naquelas habitações não se podia viver, só se podia acampar e em más condições de acampamento. Demolimos e agora já está adjudicado, não sei se o empreiteiro já começou, se não começou está a começar, e vamos construir um parque infantil, vamos construir uma zona de estar, para humanizar o Bairro da Bela Vista onde lá vão continuar a viver cidadãos. Muitos deles puseram mãos à obra e qualificaram a sua própria casa. Algumas delas, hoje, são completamente novas. E outros que precisaremos, seguramente, de ajudar.

É este processo total que está em curso e é preciso continuá-lo. Boa gestão, investimento porque o investimento puxa pelos bons comportamentos, pelo bom uso, pela integração social, pela integração urbana. É para aí que nós queremos ter uma cidade, um município, muito mais inclusivo, e estes investimentos querem ser e vão ser um bom contributo para tudo isso, com uma boa gestão. Temos sempre que estar atentos e fazer uma boa gestão, envolvendo as pessoas que é uma carta nova que pusemos. Envolver as pessoas, todos, sem excepção. Nós não excluimos ninguém pelo motivo A ou B, de comportamento ou crença ou de etnia. Toda a gente está chamada a este processo e o nosso balanço é globalmente positivo, na certeza absoluta que temos muito para fazer.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁵⁷ o ponto 3 – Apreciação e votação da Alteração do Regulamento das Habitações Sociais Propriedade do Município de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD13+CDS6+IND4), onze abstenções (PS9+BE1+PCP1) e zero votos contra.

Seguiu-se a declaração de voto da Vogal:

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁵⁸

“O Bloco de Esquerda faz da sua primeira intervenção a declaração de voto. Acrescentando que este Regulamento é de facto um avanço extraordinário em relação ao Regulamento anteriormente aplicado. Não deixando de referir que a renda neste Regulamento é mais alta do que a lei prevê. Que a responsabilidade da Câmara na recuperação do edificado fica aquém do que poderia ser. E recordamos também o critério arbitrário na atribuição de ajudas para o pagamento das rendas.”

Ponto 4 – Apreciação e votação da Alteração do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 05/07/2017, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁵⁹ perguntou ao Presidente da Câmara se desejava intervir, mas uma vez que já havia feito no ponto anterior, dispensou-se o mesmo de o fazer.

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁰

“Senhor Presidente, as alterações aqui apresentadas em nada mudam a essência do RUMA. E de facto perde-se mais esta oportunidade para se conseguir um Regulamento Urbanístico que consolide o interesse público e que demonstre maior justiça na economia dos solos e que contribua efetivamente para um ordenamento do território ao serviço das populações.

Mais. Numa altura que Aveiro assiste a prédios a cair e a ruir de uma forma totalmente inexplicável, que põem em risco a segurança das populações, não haver uma alteração nesse sentido, deixa muito que discutir neste Regulamento.

Continua quem por incúria deixa um prédio ao abandono, a degradar-se, a Câmara limita-se a ser mera espectadora sem uma posição de força nem de prevenção, quer seja pela posse administrativa, quer seja pelas obras necessárias quando determinado edifício representa um risco para a segurança dos munícipes. Por outro lado apresenta benefícios para indústrias, sem qualquer distinção e sem qualquer critério ambiental ou impacto, na qualidade de vida das pessoas. Ou por exemplo quando alguém fizer intervenções na sua moradia com intenções de melhorá-la não tem qualquer redução de taxas. Mas quando é para benefício de indústrias que procuram o lucro há isenção, há uma redução de taxa, mas redução para taxas de habitação própria não há qualquer menção sobre isso.

Obviamente, numa altura em que a palavra do dia devia ser a requalificação urbana, continua a não haver qualquer alteração neste regulamento. E uma última palavra quando há falta de participação, fez questão de mencionar que neste regulamento não houve sugestões nem houve apresentação de alterações. Devia fazer uma reflexão quanto aos canais de informação para a intervenção de pessoas interessadas na matéria, por que as houve e não colheram, não tiveram esse espaço, sendo sabido que estavam interessados em ter uma palavra a dizer sobre este regulamento. Disse.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰⁶¹

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰⁶²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶³

“Rita Batista, a sua intervenção não tem nada a ver com aquilo que estamos aqui a discutir. Os valores que referenciou estão no RUMA, estão na lei, estão no RUMA actual, estão no novo RUMA. As suas divagações, à procura da desgraça, não têm nada a ver. Este é um instrumento de intervenção regulamentar simples, linear, que cumpre a requalificação, a consolidação do interesse público para usar as suas expressões. Cumpre tudo. Eu só tenho pena que em vez de ter feito estas divagações todas hoje, nós que já começámos este trabalho há tanto tempo, não tenhamos recebido um contributozinho seu. É uma pena. Seu, da tal entidade que está na sua cabeça e na minha que também queria ter participado e só se lembrou de participar quando este processo acabou. Toda a gente sabe que nós abrimos isto, deliberação de Câmara, nota de imprensa, outra deliberação de Câmara, vinda a Assembleia Municipal. Por amor de Deus... alguém não sabia que o RUMA estava em desenvolvimento? Em várias reuniões públicas falámos nisto. Há coisas mínimas. Deixe-se de conversa e faça propostas objetivas. Só houve uma entidade que fez propostas e que foi a própria Câmara.

Conclusão... eu acho que a conclusão é que isto não é um Regulamento dos cidadãos, há é um conjunto de cidadãos que manuseiam este Regulamento; mas isto não é um Regulamento dos cidadãos. É como o anterior da Habitação Social. Os cidadãos querem ter um bom regulamento, querem saber se a Câmara gere bem a Habitação Social? Claro que querem, mas não é exactamente do interesse da esmagadora maioria dos

nossos cidadãos; falo em termos de interesse directo. Aqui é a mesma coisa. Tomáramos nós que os nossos projectistas soubessem bem o Regulamento. Era uma coisa excelente. Mas não sabem.

Nós temos um quadro regulamentar a este nível bom que o mercado e os cidadãos o manuseiam sem problema nenhum.

Quantas indústrias nós estamos a pensar que precisam de usar estas novas regras para resolver problemas? Sabe quantas são, Rita Batista? Duas. Vai haver mais uma terceira ou quarta? É possível. A gente, como é evidente, não advinha nem sabe tudo. Cadastrámos duas muito importantes, estão a funcionar, sabemos o impacto no ambiente, sabemos tudo.

Quantas IPSSs vão beneficiar disto? Lá, na nossa prateleira estão umas sete ou oito. Todas que beneficiam o ambiente, os cidadãos, tudo.

Estamos aqui numa atitude positiva, mesmo. O nosso RUMA actual é um incómodo? Não, é um bom Regulamento. Entendemos, nesta aprendizagem, que havia três ou quatro questões que havia que melhorar.

A questão que a Ana Maira Seíça Neves colocou. O que é que a gente mudou? Os andaimes, obviamente, são andaimes sobre o domínio público. Não é dentro de sua casa, isso ponha lá o andaime que quiser que não paga taxa nenhuma. É aquilo que respeita ao uso do domínio público; é o uso privado do domínio público. É isso que se taxa. Qual foi a nossa tática nesta alteração? Foi procurar estimular a utilização dos andaimes suspensos nos edifícios em vez do uso de andaimes fixos ao chão, passando a ser a taxa mais barata privilegiando o desimpedimento da área pública onde as pessoas andam a pé, onde os carros circulam. Portanto, a lógica foi: vamos tentar pelo regulamento, é mais um instrumento, estimular os empreiteiros, quem faz as obras, opte pelo andaime suspenso em vez de optar pelo andaime “poisado” no domínio público. Dos cálculos que fizemos esta alteração baixa os custos como forma de estimular esta tipologia de utilização. Não esquecendo que em todas as áreas que estão dentro da ARU as pessoas podem pedir isenção dessas taxas de forma simples. Todas estas pequenas taxas no quadro de intervenções ARU/PEDUCA podem ter isenção total.

Foi este tipo de pequena coisa que nós colocámos como benfeitoria para melhorar o nosso espaço público também por causa daquilo que disse o Ernesto Barros. De facto estamos num crescendo de reabilitação urbana. É um facto objectivo e, felizmente, não é só na cidade é também noutras zonas do Município. Já que isto é assim nós achámos que tínhamos que fazer alguma coisa para procurar que o espaço público não esteja tão ocupado se há soluções técnicas que usam na mesma o espaço público mas numa relação mais positiva. Foi este tipo de benfeitorias que colocámos neste processo que nos leva a trazer aqui uma proposta boa, que nos permite melhorar a nossa gestão mantendo, seguramente, e dando mais um contributo para este crescimento em termos de operações de regeneração urbana, também temos alguma construção nova, está ao olhos de todos, mas muito especialmente dando mais contributo para estas operações de licenciamento e de regeneração urbana”.

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁴

“Eu lamento que quando o Bloco de Esquerda fala o Senhor Presidente tem o hábito de conversar para o lado. E depois perde informação importante. Porque as críticas que lhe fiz agora fiz-lhas há dois anos, quando foi para a discussão do RUMA.

O que está a fazer agora exatamente. Eu falo e o Senhor Presidente faz questão de fazer outra coisa qualquer.

E portanto as críticas mantêm-se e não colheu nenhuma! Faltou com o seu trabalho de casa igualmente.

Em relação à requalificação o que este Regulamento não verte é a prioridade de reabilitação urbana. Mais prédios que veja a serem reabilitados eu posso garantir que há o mesmo número de prédios a serem demolidos. E relembrando as palavras do Senhor Presidente há dois anos, quando o questionei sobre a reabilitação urbana não ser uma prioridade, o senhor presidente respondeu-me “é o mercado a funcionar, mas neste momento nem sequer há construção nova apenas há reabilitação”. Bem, em Aveiro só se vê o que se quer ver. E vocês também só veem o que querem ver.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁵

“Deixem-me explicar o seguinte. A operação que lançámos há um ano e meio, que além do mais teve mais uma nota pública na semana passada, no seguimento de um relatório que levámos ao conhecimento do nosso Executivo Municipal para ponderação e discussão, deixa bem claro que nós não precisamos de alterar o RUMA para gerirmos bem as operações de reabilitação urbana e as operações de relação de pressão sobre os proprietários de imóveis degradados para que façam a sua qualificação. O que era mesmo preciso era que o país reformulasse a lei para que nós tenhamos mais capacidade de o fazer. O Bloco de Esquerda como é muito importante na governação actual do país porque sustenta o Governo na maioria parlamentar que lhe serve de base pode dar aqui uma ajuda porque o nosso espaço de obrigar, o nosso espaço de fazer posses administrativas, só, de facto, a ignorância é que pode dizer que é relevante porque o conhecimento sabe bem que são matérias, não vou dizer impossíveis porque, de facto, não são impossíveis, nem de facto, nem de direito, mas que têm um nível de exequibilidade muito baixo. Felizmente estamos atentos e temos um processo a correr; as duas últimas derrocadas parciais que tivemos estavam as duas já em processo de cuidado formal, uma delas já com projecto metido na Câmara, porque esta operação está a dar resultado. Aconselho que leiam o relatório que foi à Câmara e que diz isso mesmo. Os nossos cidadãos estão a reagir à acção da Câmara e estão a agir em consequência física para melhorar a condição e, alguns deles, numa lógica de investimento que é muito importante para todos nós.

Esqueci-me há pouco de responder à Dra. Ana Maria pedindo-lhe que a resposta completa possa ser em privado porque aquele excesso de estadia, em termos temporais, do tal estaleiro que esteve naquele sítio deveu-se a um acordo não formalizado entre o Tribunal e o empreiteiro. São aquelas coisas boas da vida mas que depois a autoridade Câmara para que o empreiteiro tirasse de lá os seus instrumentos quando acabou a sua licença, porque teve uma licença, tudo aquilo foi uma operação legal, foi uma embrulhadazinha. Mas é da vida porque o Tribunal também precisa que se façam lá umas coisas e, portanto, está tudo certo. Foi muito difícil mas há um equilíbrio, ainda não está tudo desocupado mas está quase e, portanto, vai ficar tudo bem. Mas a operação em nada tem a ver com esta circunstância objectiva, nem com o RUMA em vigor, nem com o RUMA que estamos agora a aprovar.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁶⁶ o ponto 4 – Apreciação e votação da Alteração do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD13+CDS6+IND4), dez abstenções (PS9+PCP1) e um voto contra (BE1).

Seguiu-se a declaração de voto da Vogal:

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁶⁷

“Senhor Presidente a declaração de voto do Bloco de Esquerda serão as suas duas intervenções.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta sessão, não se verificando oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão,⁰⁶⁸ não se verificando pedidos de intervenção.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Extraordinária em Julho.

Eram 00:15 horas do dia 12 de Julho de 2017.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(03:45)